



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Dispõe sobre a concessão de empréstimos para empresas do setor privado, com juros subsidiados e carência e prazos facilitados, para quitação da folha de pagamento no período de até três meses, devido o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A União, por meio do Tesouro Nacional, irá disponibilizar um total de duzentos e setenta bilhões de reais às empresas do setor privado ao longo de três meses (noventa bilhões por mês), a título de empréstimo subsidiado, exclusivamente para quitação da folha de pagamentos durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Art. 2º A disponibilidade dos recursos será por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Brasil e demais instituições financeiras.

Parágrafo único. Nas referidas operações de empréstimo não será permitido qualquer tipo de taxa ou remuneração econômica para as instituições financeiras.

Art. 3º As empresas que optarem pelo empréstimo se comprometem a não demitir o trabalhador até o fim do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020

Art. 4º O procedimento para a concessão do empréstimo deverá ser o mais simples e rápido possível, devido à urgência do momento, sem a necessidade de apresentação de garantias e certidões negativas de qualquer natureza.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

Art. 5º A carência para pagamento do empréstimo será de dois anos para micro e pequenas empresas e de um ano para as demais a contar da operação.

Art. 6º O empréstimo será concedido com juros de 0,25% ao ano para as micro e pequenas empresas (faturamento até 4,8 milhões de reais) e de 1% ao ano para as demais.

Art. 7º O prazo para pagamento será de até 120 meses para micro e pequenas empresas e de até 60 meses para as demais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia mundial devido ao Covid-19 (Coronavírus) é uma das piores crises humanitárias deste século. O número de pessoas infectadas cresce exponencialmente, bem como o número de mortes.

As soluções para a crise passam pelo isolamento social das pessoas, buscando-se achatar a curva do contágio, de modo a reduzir ao máximo o número de pessoas infectadas e mortes.

Com a pandemia, veio também uma crise econômica de grandes proporções que deve reduzir em muito a taxa de crescimento da economia, podendo levar a uma grande recessão. Os Estados Unidos lançaram pacote de ajuda de dois trilhões de dólares, em virtude da magnitude do problema.

O momento é crítico e precisamos demonstrar que o Senado Federal está buscando alternativas e soluções para mitigar os efeitos desta crise de grandes proporções.

Em virtude disto, propomos um Projeto de Lei que garante recursos para as micro e pequenas empresas e para as demais, que são a base do setor produtivo deste país e grandes geradores de emprego. Esses recursos estão atrelados ao compromisso das empresas que obtém o benefício de não demitirem seus funcionários.

A economia brasileira vinha se recuperando lentamente da recessão e recuperando postos de trabalho. Com a crise e a incerteza, teremos demissões



SF/20642.03354-80



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

em massa no Brasil. São necessárias medidas inovadoras que busquem conter essas demissões que irão prejudicar ainda mais o país, os trabalhadores e suas famílias.

São essas as razões pelas quais pedimos aos Pares o apoio a este Projeto de Lei, em caráter de urgência.

Sala das Sessões,

Senador OMAR AZIZ

Senador DAVID ALCOLUMBRE



SF/20642.03354-80